

NARRATIVAS DE MÃES SOBRE EXPERIÊNCIAS INTERSECCIONAIS NA CIDADE DE FORTALEZA: ANÁLISES SOBRE GÊNERO, RAÇA E MATERNIDADE

MOTHER NARRATIVES ABOUT INTERSECTIONAL EXPERIENCES IN THE CITY OF FORTALEZA: ANALYSIS ON GENDER, RACE AND MATERNITY

Ingrid Lorena da Silva Leite 1

Resumo: Este artigo busca apresentar as experiências de mães que tiveram seus filhos vítimas de violência institucional na cidade de Fortaleza. A partir das narrativas construímos reflexões que expressam a perspectiva da interseccionalidade. A abordagem metodológica tem base na pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo. As entrevistas em profundidade realizada com quatro mães em 2019. Diante do exposto, tecemos uma reflexão teórica crítica objetivando mostrar como as experiências das mães que tem seus filhos vítimas da violência institucional estão situadas na perspectiva interseccional, que manuseada enquanto uma ferramenta analítica, considerando as categorias raça, classe, gênero como inter-relacionadas, podem auxiliar na compreensão das opressões e possibilidades de mudanças sociais.

Palavras-chave: Mães. Interseccionalidade. Experiências.

Abstract: This article seeks to present the experiences of mothers who had their children victims of institutional violence in the city of Fortaleza. From the narratives we build reflections that express the perspective of intersectionality. The methodological approach is based on qualitative, bibliographic and field research. In-depth interviews with four mothers in 2019. Given the above, we have a critical theoretical reflection aiming to show how the experiences of mothers who have their children victims of institutional violence are situated in the intersectional perspective, which is handled as an analytical tool, considering the Race, class, gender as interrelated categories can help to understand oppression and possibilities for social change.

Keywords: Mothers. Intersectionality. Experiences.

Introdução

Este artigo busca apresentar as experiências de mães que tiveram seus filhos vítimas de violência institucional na cidade de Fortaleza. A partir das narrativas construímos reflexões que expressam a perspectiva da interseccionalidade. De acordo com Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) o referido termo pode ser compreendido como uma ferramenta analítica que considera as categorias raça, classe, gênero entre outras como inter-relacionadas, se entrecruzam a partir das dinâmicas e contextos sociais específicos. O termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw na década de 1990 no âmbito dos movimentos feministas negros.

A partir disso, realizei entrevistas em profundidade com quatro mães que tiveram seus filhos em privação de liberdade¹ em centros socioeducativos em Fortaleza. Conheci essas mulheres por meio do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca – Ceará)², a referida organização da sociedade civil presta atendimentos as famílias dos adolescentes autores de atos infracionais.

Com as entrevistas foi possível identificar a articulação das categorias centrais para se pensar a perspectiva interseccional na dinâmica da vida social dessas mulheres, que são pretas e/ou pardas, moradoras das periferias da cidade, vivem em situação de pobreza e estão no trabalho informal.

Vale destacar que a dimensão simbólica das entrevistas não lança luz diretamente sobre os fatos, mas permite interpretá-los, compreendendo os diversos significados que as sujeitas e grupos sociais conferem as suas experiências (AMADO, 1995). Quando as experiências são organizadas em narrativas, ganham uma dimensão simbólica que as leva, conseqüentemente, a desprender-se, a descolar-se do concreto, da ação ou acontecimento para “alçar voos próprios” (AMADO, 1995, p. 30). Dessa forma, são atribuídos outros significados e interpretações.

Os lugares particularmente ligados aos episódios considerados importantes para as mães, assim como as pessoas que estão envolvidas nos acontecimentos, são tecidos e recon-tados, trazendo sentimentos e emoções. Como afirma Amado (1995), esses elementos evidenciam que a memória é um fenômeno construído. Por ora, focaremos nas narrativas das mulheres para refletirmos sobre suas vivências a partir análise interseccional.

Narrativas de mães sobre experiências interseccionais

Pensando as relações entre narrativas, memórias e experiências, as próximas linhas serão com as quatro interlocutoras. Após um primeiro encontro em 2019, Mariana³ aceitou ser entrevistada, além de ajudar-me a conhecer as outras mães que estavam com seus filhos nos centros socioeducativos.

Mariana, 36 anos, declarou-se parda. cursou o ensino fundamental completo em uma escola pública perto da sua casa. Desde a adolescência gostava muito de namorar, por isso acredita ter engravidado cedo, aos quinze anos. Mariana nunca pensou em ser mãe, mas “aconteceu”. Ela perdeu o primeiro filho durante o parto. Por causa desse fato se culpa: “Eu acho que a culpa foi minha. Eu bebia, fumava, saía todo dia, até vivia com traficante”. Essa culpa foi reforçada pela família, principalmente porque Mariana não queria casar. “Meus pais queriam que eu casasse *pra* ter o menino, mas na época só pensei em mim”.

Um ano depois engravidou novamente do seu segundo filho, José. Após este episódio, por insistência da sua família, casou-se pela primeira vez, aos dezesseis anos de idade. “Mu-

1 As medidas em meio fechado ou medidas de internação devem ser aplicadas em observância aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, conforme preconiza o art. 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), só podendo ser aplicada quando:

I - trata-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (art. 122 – ECA). (CEDECA/CE, 2015)

2 O Cedeca-Ceará surgiu em 1997, fundamentado nos direitos consagrados na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90) e na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com o objetivo de ampliar a cultura democrática, o controle social das políticas públicas e a proteção jurídico-social para a efetivação de direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes.

3 Todos os nomes apresentados neste artigo são fictícios para preservar as informações das interlocutoras.

lher, eu tinha que casar. Minha casa já *tava* um inferno”. Alguns anos depois, resolveu se separar, pois ela e seu companheiro brigavam constantemente. “Tinha dia que a gente se pegava de murro mesmo. Aí não dava mais”. Nesse período, José estava com quatro anos e passou a residir com o pai e a família paterna. Mariana voltou a viver com a família em outro bairro. “Muita gente pergunta por que deixei meu filho, mas eu não deixei. Eu ia lá toda semana o ver”.

Mariana relatou que seu primeiro marido estava envolvido com o tráfico de drogas no bairro e, com os anos, isso foi se complicando, pois, a disputa entre gangues se concretizava em assassinatos. Nesses confrontos, o pai de José foi assassinado, como também os dois tios paternos.

José ficou sob responsabilidade da avó materna por alguns meses após esses acontecimentos. Mariana resolveu retirar o filho do local por medida de segurança: “Eu fiquei com medo dos assassinos matarem meu filho”.

Após dois anos, Mariana casou-se novamente. “Dessa vez, eu queria casar, dar um rumo *pra* minha vida. Agora eu sabia cuidar do menino, cuidar da casa, *fazer um comer*”. Mariana teve mais dois filhos.

Quem garante o “sustento da casa” é seu marido. A renda familiar é complementada pelo benefício do Programa Bolsa Família (PBF⁴), que Mariana recebe desde 2010: “É pouco, mas já ajuda muito lá em casa”. Receber o benefício é garantia de manter a alimentação da família. É evangélica há dez anos por causa do marido, que pertence à mesma religião. Reside em Messejana, há alguns quarteirões da casa de sua mãe, local onde seus dois filhos pequenos moram. Mariana afirmou ser dona-de-casa, vive com seu filho, José e o companheiro. Sua filha, com dezesseis anos, mora com o namorado em uma casa alugada no mesmo bairro. “Eu tenho quatro filhos. Um mora comigo, a outra já tem a vida dela. Aí tem os dois pequenos que eu deixo na minha mãe. Como a gente mora tudo perto fica bom”.

A maior preocupação de Mariana é com José. O jovem foi morar com ela após presenciar a morte do seu tio, assassinado na calçada da casa da avó materna. Mariana relatou que aos treze anos o jovem passou a praticar atos infracionais, mas ainda não tinha sido encaminhado para um centro socioeducativo. Com quinze anos, o rapaz cometeu um homicídio vinculado à dívida de drogas. A partir desse momento, José foi encaminhado para a unidade de internação. Mariana falou que sabia que seu filho estava envolvido com atividades ilegais, mas não “que estava envolvido demais”.

Sinceramente eu acho que ele se envolveu pela falta de oportunidade, porque aqui onde a gente mora não tem muito. Logo no início eu prestei atenção que ele começou a se envolver depois que ele saiu do colégio, porque o bairro estava dividido. Nessa época as pessoas de lá não *podia* andar aqui e os daqui não *podia* andar lá que eles botavam para correr, *atirava, matava*, e eu, com medo, tirei ele do colégio. Eu prestei atenção que ele começou a se envolver logo depois que eu tirei *ele* do colégio.

Algo relevante é pensar os lugares que esses sujeitos residem, como também o envolvi-

4 O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, tendo sido fundado em outubro de 2003, possuindo três eixos principais: **A) Complemento da renda:** todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício, em dinheiro, que é transferido, diretamente, pelo governo federal, considerando-se que esse eixo garante o alívio imediato da pobreza; **B) Acesso aos direitos:** as famílias devem cumprir alguns compromissos/condicionalidades que têm como objetivo se reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social, oferecendo-se, nesse eixo, condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, em virtude de melhores oportunidades de inclusão social; e **C) Articulação com outras ações:** o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais, a fim de se estimular o desenvolvimento das famílias, colaborando-se para a superação da situação de vulnerabilidade e de pobreza, visto que, desde 2011, esse programa integra o Plano Brasil Sem Miséria, que reuniu diversas iniciativas para se permitir que as famílias abolissem a situação de extrema pobreza, com efetivo acesso aos direitos básicos e às oportunidades de trabalho e de empreendedorismo. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em: 20 jan. 2017.

mento dos jovens com o tráfico de drogas. Se pensarmos que as relações se materializam em espaços que estão em disputas, compreendemos que há uma complexa teia que afeta diretamente a vida das pessoas (DIOGENES, 2008), sobretudo das mães e seus filhos.

Felícia Picanço e Natânia Lopes (2016) apontam para a complexificação da estrutura e organização do tráfico de drogas, que demanda o envolvimento de pessoas, principalmente de jovens; que envolve valores de honra e moral, poder, dinheiro. Nesse contexto, as políticas de segurança pública acabam pautadas no enfrentamento armado, onde temos a intensificação das disputas entre traficantes e policiais, policiais e traficantes, mais frequentes e violentas concentradas nos bairros periféricos.

Essa estrutura se sedimenta, mais especificamente, nas periferias das cidades, sendo vistas como focos de pobreza, violência e insegurança. As pessoas que residem nesses lugares são estigmatizadas, sobretudo porque encarnam a imagem socialmente construída de lugar indesejado e de evitação social, com efeitos perversos de estigmatização e segregação socio-territorial direcionados a pessoas e lugares (WACQUANT, 2006; BEZERRA, 2015).

Mariana afirmou: “quando meu filho veio para meu poder, eu já sabia arrumar a casa, fazer comida, eu sabia cuidar dele”. Quando seu filho foi apreendido, ela parou de vender produtos de beleza em casa. “Eu lembro que minha vida virou de cabeça *pra* baixo”.

Mudou muito, eu acho que mudou tudo, porque eu nessa época sinceramente...Eu tenho problema de crise de nervo, eu nem *tava* mais sentindo, mas voltei a ter crise de novo devido a essas coisas. Voltei a tomar remédio de novo, a médica passou... Eu tinha parado, não *tava* sentido mais nada e devido essas coisas dele eu voltei a ter essas crises de nervo. E a nossa rotina bem dizer eu não tinha nem tempo *pros* outros filhos, porque minha preocupação era muito com ele, e eu, como disse, vivia mais no Patativa do que em casa, eu preocupada com ele, era toda hora tendo rebelião. Não vivia bem dizer, eu não conseguia comer direito, não dormia direito, a minha vida era assim⁵.

Foi nesse período que Mariana conheceu o CEDECA: “*Tava* na porta do centro socioeducativo, era dia de visita quando vi uma mulher dando um papel com o nome do CEDECA. Ela disse que lá teria ajuda”. Quando Mariana foi para a primeira reunião no CEDECA conheceu Madalena, que já participava dos encontros. Através de Mariana me aproximei de Madalena, que se tornou a segunda interlocutora desse trabalho.

Madalena, 34 anos, tem dois filhos: um com seis e o outro dezesseis anos. Afirmou ser parda. Não gosta muito de religião, mas destacou ser “católica não praticante”. Madalena nunca se casou: “preferi namorar, hoje não tenho mais interesse”. Ela morava com o pai e a mãe quando engravidou pela primeira vez, durante a adolescência.

Sua primeira gravidez foi marcada pelas agressões do seu pai, que não aceitava o fato de Madalena ser mãe solteira. “Ele sempre foi assim, bebia muito e não aceitava que uma filha dele fosse mãe solteira”. Devido a esse contexto, desistiu dos estudos, não tendo completado o ensino médio.

Meu pai, ele tinha um caso de alcoolismo. Ele bebia muito desde a gente pequeno, eu e meus irmãos. Ele bebia e quebrava as coisas dentro de casa e sempre foi assim. Quando eu tive o Rafael, eu fiquei como mãe solteira, morava com ele e com a minha mãe, aí isso foi se repetindo, ele bebia mais. O meu filho viu *ele* dizendo coisa comigo, *me* chamar de nome. Aí quando o Rafael foi crescendo e foi entendendo, já foi

5 José saiu do centro socioeducativo poucos meses após este episódio.

ficando com raiva. Agora, atualmente, ele (pai) não mora mais com a gente.

Madalena falou que o pai do seu filho não assumiu a responsabilidade. “Foi difícil nesse tempo, eu estava sozinha. Ele nem fez questão de ver o menino”. Quando Rafael nasceu, viu o seu pai duas ou três vezes. Diante disso, ela e o filho permaneceram na casa dos pais.

Quando Rafael atingiu a adolescência, começou a discordar das atitudes do avô materno: “meu filho vivia com raiva disso, meu pai vivia me chamando de nome”. Ser mãe solteira não foi uma escolha de Madalena, “o pai do Rafael não queria assumir, eu não podia fazer nada, criei meu filho com a ajuda da minha mãe”.

Eu tinha 16 anos. Ele queria que eu abortasse e eu disse *pra* ele que eu não ia abortar, que eu ia ter o meu filho. Aí pronto! Depois que o menino nasceu, ele foi alguns dias lá em casa. Depois ele foi se afastando. Eu coloquei *ele* na justiça, ele tinha 22 e eu tinha 16. Devido eu ter colocado ele na justiça fez com que ele se afastasse mais. Ele perdeu o contato com o Rafael. Quando o meu filho estava com 5 anos, ele (o pai) se afastou e perdeu o contato. Desse tempo *pra* cá ele não teve contato de jeito nenhum. Aí logo assim que o Rafael foi preso pela primeira vez ele tava com 13 anos. Eu procurei *ele* (o pai) *pra* ele me ajudar com relação ao Rafael, mas ele se negou, ele não quis, não quis de jeito nenhum se aproximar do menino. Ele achava que por causa do Rafael *tá* preso e por não ter participado da primeira fase da vida do filho e a segunda fase não adiantava ele entrar. Ele se afastou. Eu nunca tive nenhum auxílio dele, nada.

Como aponta Sarti (1994), as dinâmicas nas famílias estão relacionadas às divisões das figuras masculina e feminina, o que provoca reflexões a partir do prisma da moral. Para a autora, as divisões, ou melhor, as distinções do lugar do homem, da mulher, estão relacionadas aos filhos. Aqui, são estabelecidas que a mulher é a mãe que cuidará do filho e da casa e o pai ficará responsável pelo sustento da família.

Entretanto, os lugares postos, balizados por essa divisão, permitem a realização de diferentes funções da autoridade na família. Strathern (1995) evoca um universo cultural para pensar as necessidades de pais e mães em relação à ideia de parentesco em sistemas euro-americanos. Para isso, a autora discorre sobre um universo cultural, considerando características de um conjunto de sistemas de parentesco que abrange tanto a América como a Europa.

Strathern (1995) apresenta algumas reflexões sobre a Síndrome do Nascimento Virgem, que emergiu pela apropriação de mulheres que queriam possibilidades de engravidar por meio de tecnologias reprodutivas. Ao estudar as discussões e embates dos clínicos, e jurídico euro-americano, particularmente no contexto britânico, a autora propõe situar as reflexões de gênero como instrumento de comparação das suposições sobre mães e pais.

Nesse contexto, questiona a necessidade de um pai, referente à criança, ao utilizar essas tecnologias reprodutivas; pois o ato sexual estaria ligado à união dos parceiros e à criação dos filhos. A sugestão da autora de que o que está em questão na comparação de gênero peculiar dos euro-americanos não é propriamente a constituição dos filhos, mas da mãe.

Vale ressaltar que há o que podemos identificar como exigência de parentesco para parentalidade (diz respeito ao pai e à mãe), ou seja, a criança pode ter pai e mãe identificáveis, iguais em termos de doação genética (reprodução sexual), mas desiguais em termos dos pais que vão representar na vida dela. Em relação aos pais e mães, é o gênero que designa para um ou outro qual papel desempenhará a partir de um sistema cultural, político e econômico.

Sobre isso, a ideia de um filho sem pai não provoca indignação moral. A paternidade depende de ligações que têm de ser declaradas ou provadas. A paternidade está legitimada na

relação sexual, não na criação ou cuidado com os filhos.

Após o nascimento do filho, Madalena tornou-se beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF), mas perdeu o benefício pelas faltas do seu filho na escola da rede pública. Então começou a trabalhar em uma fábrica de confecções. Ela acredita que por seu descuido seu filho escapou do seu controle.

Madalena teve outro relacionamento, do qual resultou sua segunda gravidez. “Dessa vez foi mais tranquilo, eu não casei, mas o pai do meu segundo filho me ajudou”. Com o apoio da mãe e da irmã, Madalena deixou a fábrica de confecções e passou a produzir artesanato, como bolsas e sapatos. “Minha mãe e minha irmã me ajudavam a costurar. No início, ganhava pouco, mas *tava* mais perto dos meus filhos”.

Rafael, aos 12 anos, começou a faltar aula com outros colegas para usar droga no bairro vizinho. A partir desse momento, Rafael cometeu quatro atos infracionais por roubo à mão armada e tráfico de drogas. Aos 13 anos foi encaminhado para o centro socioeducativo. Foi nesse período que ela conheceu o CEDECA. Nos dias de visita ao filho recebeu um panfleto da assistente social da Organização Civil. “Foi no CEDECA que eu recebi apoio”.

Madalena falou que perdeu emprego por causa das faltas para ver o filho na unidade de internação: “minha vida ficou sem direção”. Rafael, com 16 anos, fugiu do centro socioeducativo com outros três jovens. Após dez dias, foi assassinado a dois quarteirões da sua casa. Os responsáveis por esse homicídio foram os outros jovens que fugiram com Rafael da unidade de privação de liberdade. “Eu voltei *pra* lutar, não quero que nenhuma mãe passe pela dor de perder um filho”. Madalena se afastou do grupo de mães durante dois meses e retornou em novembro de 2016.

Madalena relatou que sua vida se resume a três elementos: seu filho mais novo, seu trabalho como artesã e o grupo de mães. “Depois de todo o sofrimento eu tenho isso *pra* cuidar e seguir a vida como Deus quer”. Madalena foi uma das primeiras mulheres a participar dos encontros com os familiares que ocorriam no CEDECA. Ela relatou que pela grande participação das mães, as reuniões passaram a ser chamadas “grupos de mães e familiares”. “As mães sempre estavam presentes”.

Rosa tem 46 anos, afirmou ser negra, “minha cor não nega”. Não cursou o ensino fundamental completo: “eu nunca gostei muito de estudar, nem lembro muito onde parei”. Rosa foi criada pelo pai e pelas duas irmãs mais velhas. Sua mãe casou-se com outra pessoa e foi morar em um bairro distante.

Em poucas palavras Rosa afirmou que “seu tempo de criança” foi difícil, marcado pela pobreza. Contou que ela e a família participaram da ocupação num terreno abandonado em Fortaleza, no início dos anos 1980. “Foi nessa ocupação que a gente conseguiu a nossa casa”:

A gente não tinha onde morar. Naquele tempo meu pai ficou sabendo de um pessoal que ia ocupar um terreno em Fortaleza, lá perto do Jangurussu. A gente foi também. Meu pai levou a gente. Quando chegamos lá, fizemos nossa barraca de barro e aquele plástico preto. Aí depois arrumamos as coisas pra ir fazendo a casa. Eu até lembro que a polícia queria colocar medo na gente *pra* expulsar todo mundo de lá, mas era tanta gente, tanta criança, que não deu certo. Hoje lá é um bairro.

Rosa começou a trabalhar ainda na adolescência como “faxineira”, atividade que exerce até hoje. “Eu sempre trabalhei *pra* ter minhas coisas”. Sobre seus relacionamentos, Rosa falou que anda sempre “enrolada”, pois gosta de namorar, mas não sonha em casar, muito menos para depender de homem. Rosa têm três filhos, dois já constituíram família e moram em suas respectivas casas, em bairros diferentes. O filho mais novo, Guilherme, com 18 anos, reside na casa de Rosa, com a companheira e seu filho pequeno.

Sobre sua moradia, Rosa fica entre a casa do seu filho e a casa do seu companheiro: “vivo assim, entre casas”. Também recebe benefício do Programa Bolsa Família (PBF). Ela des-

tacou que tinha um sonho em ter cinco filhos, mas, pela “condição de pobreza, tive três, e criei todos, praticamente sozinha”. A gravidez do seu filho mais novo foi delicada, “eu saía muito, usava droga e passava mal”. Quando Guilherme nasceu, Rosa voltou a trabalhar “em casa de família” e deixava seu filho com uma vizinha.

Guilherme, aos 13 anos, começou a praticar atos infracionais, alguns furtos. Rosa contou como foi o envolvimento do filho:

Quando ele se envolveu no crime, a gente morava em outro bairro. Ele se envolveu com os caras de lá, na época, era com esses meninos do tráfico. Ele jogava com menino que usava drogas. Ele começou a jogar bola no centro comunitário, toda noite ia jogar bola. Às vezes, eu aí atrás dele e ele não *tava* lá. Eu perguntava para os vizinhos que moravam perto do centro comunitário, os meninos diziam que o fulano chegou aqui, chamou *ele* (Guilherme) e ele foi. Aí eu ia atrás dele, às vezes eu ia atrás dele uma hora da manhã sozinha. Nessa época, eu ia nas favelas atrás dele, eu entrava em beco. Minha filha perguntava se eu tinha coragem, e eu dizia “Gisele, quando a gente *tá* assim, nada a gente teme”. Eu não temia nada, tu *acredita*? Às vezes, nós *pegava* o último ônibus. Aí eu “rapaz, o que é que tu veio fazer aqui?”; ele: “não, mãe, os meninos me chamaram”. Eu perguntava se ele *tava* usando drogas, ele dizia “não”, mas depois vieram me dizer que ele *tava* usando.

O jovem foi apreendido por tráfico de drogas com outros rapazes no bairro onde morava. Logo em seguida, foi encaminhado para o centro socioeducativo. Foram quatro anos e três atos cometidos pelo jovem, a saber: roubo à mão armada e tráfico de drogas. “Foram quatro anos de FEBEMCE, muito difícil, perdi trabalho, casa”. Rosa precisou se mudar, pois seu filho ficou ameaçado no bairro onde residiam por causa de dívidas com o tráfico de drogas local. A sua aproximação com o grupo de mães teve início em 2013. Na época, seu filho estava em privação de liberdade. Em 2016, o rapaz, aos 17 anos, cumpriu a medida socioeducativa de internação. Rosa disse que seu filho estaria na *liberta* em alguns meses, mas sentia medo de seu filho ser assassinado.

Eu nunca vi meu filho como bandido não, eu sempre tive esperança dele mudar de vida. Aí ele disse que não ia mais se envolver nessas coisas. Ele sempre prometia, e a gente, mãe, sempre acredita nos filhos da gente. Eu falava que não vale a pena se envolver nisso, “isso aí não leva ninguém a nada”, eu sempre conversava com ele. Aí eu não voltei mais *pra* meu bairro, porque na época, minha tia, pegou e falou para meu irmão, que eu procurasse um canto *pra* ele, porque eles estavam só esperando o Guilherme se soltar *pra* eles matar. Aí eu tenho medo disso, sabe!

Rosa falou também do medo que sentiu ao sair do bairro, sendo um território marcado por disputas entre facções, o que acentua as dificuldades enfrentadas pelos moradores, como: a falta de serviços públicos, a limitação do transporte público, a falta de saneamento básico nas ruas. Esses lugares situados e considerados às margens da sociedade estão associados às dinâmicas sociais, econômicas e simbólicas que organizam o tráfico de drogas. Esses espaços são vistos e construídos socialmente como lócus da violência.

As últimas entrevistas realizadas foram com **Maria**, que tem 38 anos, solteira, professora do ensino fundamental em escola particular no bairro onde mora, Henrique Jorge. Pela sua dinâmica de vida, o tempo destinado ao trabalho em duas escolas, ao filho e ao grupo, as

conversas com Maria foram negociadas durante alguns meses até que conseguimos sentar em uma praça próximo a sua casa e dialogamos sem pressa ou horário marcado.

Maria afirmou ser negra “com muito orgulho”, e não tem religião declarada. É solteira e nunca casou, “tenho medo de perder minha liberdade”. Maria foi criada pela tia, irmã de sua mãe, no interior do estado do Ceará. Aos doze anos veio para Fortaleza cuidar da mãe, que estava com câncer.

Recebia o benefício Programa Bolsa Família (PBF) até 2015: “na última vez, perdi o prazo do cadastramento, tentei ir atrás, mas não dava certo, resolvi deixar *pra* lá, vou me virando com o que ganho”.

Maria não quis falar sobre sua infância. Não conheceu o seu pai, e sua relação com a mãe só melhorou com a chegada de Antônio. Maria narrou que chegou à Fortaleza por causa da mãe, que estava doente. Nesse período, se envolveu com amigos que realizavam roubos.

Maria decidiu estudar quando teve sua vida ameaçada pela mulher de um traficante, com o qual Maria tinha um envolvimento amoroso. Na época, estava grávida de alguns meses do seu primeiro filho. Maria contou com o apoio da mãe para seguir em frente, para se distanciar “das amizades erradas”.

Maria teve Antônio, seu único filho, que está com 18 anos. O rapaz começou a se envolver com a prática de atos infracionais aos 14 anos de idade. Maria sempre teve medo de seu filho se envolver com atividades ilegais:

Eu morria de medo do Antônio se envolver, eu pensava em tudo que passei. Eu tive uma adolescência muito conturbada. Fiz muita coisa, muita coisa mesmo. Cheguei até a idade adulta bebendo muito, fazendo muita coisa errada. Fiz uso de drogas, *me* tatuei, algo que me arrependo até hoje. Andei com gente muito errada, me envolvia com os caras errados, eu me envolvi com o dono da boca (traficante). A mulher dele soube, eu sabia que ele tinha mulher. Um dia a mulher dele quis me matar e tudo... Aí eu fiquei com medo. Eu disse: “não quero isso *pra* mim”. O dono da boca foi assassinado e por uma sorte eu também não fui junto com ele. Ele foi assassinado e por conta disso eu fiquei com muito medo.

A partir desse momento, Maria decidiu retomar os estudos na área da pedagogia, pois seu sonho sempre foi dar aula. A preocupação em ter uma profissão se tornou algo relevante na vida dela ao ter seu filho. “Eu queria que ele tivesse orgulho de mim”.

Antônio foi apreendido e encaminhado para um centro socioeducativo aos 15 anos, por assalto a mão armada. O pai do jovem chegou a visitá-lo uma vez, mas logo após se distanciou, não queria manter contato com Maria ou com seu filho. Durante dois anos, Maria acompanhou o filho. Nesse processo, perdeu o emprego como professora, pois não conseguia conciliar o trabalho e as visitas que realizava ao centro: “eu não conseguia trabalhar, morria de medo quando o telefone tocava e era do centro, pensava que meu filho tinha apanhado, ou pior”.

O contato com o CEDECA aconteceu em 2015, quando os jovens internos foram encaminhados para um presidio em Aquiraz, por causa das rebeliões que aconteceram nos centros educacionais.

O jovem cumpriu sua medida em julho de 2016, mas não pôde voltar para seu bairro. Ele foi ameaçado de morte. Maria entrou em contato com familiares que residem em outro estado brasileiro para seu filho ficar seguro, e assim aconteceu. “Esse foi o jeito de salvar meu filho, longe de mim, mas em segurança”. Maria sente saudades do filho. Ela permanece morando no mesmo bairro. Após o filho morar em outro local, passou a dar reforço escolar em casa para ter alguma renda mensal.

Ainda sobre as desigualdades e dinâmicas familiares, percebemos que a maioria das mães vivencia condição de pobreza e trabalho informal. Algumas relataram não ter dinheiro para o transporte público ou sequer para fazer as buscas pessoais pelos filhos. Maria narrou a

primeira vez que foi buscar seu filho na favela:

A primeira vez foi no Pirambu. Lá, fui ameaçada pelos traficantes. Eu fui lá, tirei *ele* de dentro da bocada. Eu no caminho chorando, ele não queria conversa comigo. O traficante disse que se eu voltasse, ele me matava. Porque no que eu tirei *ele* de lá, eu esculhambei, eu ficava desesperada. Eu liguei *pra* polícia. E a minha angústia de mãe. Eu queria que eles não quisessem mais o Antônio lá. Mas o menor que tem sangue no olho, que tenha peito todo traficante quer. Todo traficante recruta, porque vende. Dá ganho, dá dinheiro. E o Antônio já estava respondendo por uma boca, por uma casa. Eu fiquei desesperada. A gente nunca sabe como agir. Eu *tava* sem dinheiro *pra* pegar um ônibus. Fui na vizinha pedir um dinheiro emprestado *pra* eu poder fazer alguma coisa.

Maria falou que as buscas que realizava pelo filho eram impulsionadas pelo medo de ele ser assassinado e pela indignação de ele ter escolhido o mundo do crime. As mães constantemente relatam a tristeza de saberem que seus filhos estão envolvidos com o mundo do crime. Elas procuram respostas para compreender, mas parecem aceitar de forma tácita essa escolha.

Análise interseccional e contextos entrecruzados

Percebemos que há semelhanças nas narrativas das mulheres: falam da pobreza, do envolvimento dos filhos com tráfico de drogas, seus relacionamentos, os lugares de moradia, a violência. Desse modo, será abordado o entrelaçamento dessas narrativas e experiências que nos levam a visualizar um contexto marcado com interseccionalidades, possibilidades e violências.

Para Sarti (1994), a construção de uma identidade feminina unificadora no contexto familiar está situada no trabalho doméstico, que ultrapassa o sentido concreto das atividades cotidianas, aliando-se à maternidade, o cerne central da definição de ser mulher e mãe. Essa acepção acontece, nesse mundo social, recortado pela diferenciação de gênero.

Um elemento importante nessa pesquisa foi perceber que a figura paterna é considerada uma exceção entre as famílias que mantêm contato com os filhos, particularmente, aqueles que cometeram atos infracionais. As mães se assumem como porta-voz de outras mães e de outros jovens em privação de liberdade. Rosa ressalta essa questão ao articular sobre a importância de se pugnar pelos filhos internados nos centros: “Nós somos a voz deles aqui fora”.

Inicialmente, as mães estão na linha de frente para proteger seus filhos em privação de liberdade. Há que se considerar também o deslocamento formado para esse fim, visto que se trata do privado, da casa e da família onde, supostamente, ocorre a responsabilidade da mãe para com o seu filho. As mães ora tratadas deslocam esse cuidado para a cena pública (SARTI, 1994). Esse deslocamento não afeta a centralidade e responsabilidade sobre as mães, muito menos a ausência do pai.

Sobre esta questão, o casamento foi um aspecto latente nas falas das mulheres, sobretudo quando se tornaram e/ou aceitaram ser mães. Esse aspecto sobre casamento e maternidade foi pautado por Butler (2010) e Strathern (1995).

Sobre a questão da ausência dos pais, Strathern (1995) destacou em seus estudos a necessidade de pais e mães e quais elementos estão envolvidos nessa questão. Segundo a autora, em 1991, na Grã-Bretanha, surgiu uma polêmica em relação às mulheres que queriam engravidar contornando relações sexuais.

Podemos refletir sobre uma questão relevante destacada pela autora a respeito da ideia de parentesco euro-americana: afirma-se que pais e mães estão colocados de formas diferentes na sociedade. A maternidade estabelece-se tradicionalmente com a mãe dando à luz à criança; já a paternidade se constitui pela prova das relações sexuais com

a mãe. A maternidade parece ser definida de forma nítida, sem incertezas. Com isso, as mulheres serem as principais responsáveis pelos filhos é visto de forma natural.

Esta perspectiva que aponta para a constituição da maternidade atrás da relação sexual dialoga com as reflexões de Butler (2003) sobre o parentesco ser considerado como heterossexual. Isso se pensarmos que há pressuposto de que as relações de parentesco são consideradas como heterossexuais, pois “o parentesco não funciona ou não se qualifica como parentesco a menos que assuma uma forma reconhecível de família” (BUTLER, 2003, p. 221). Um reconhecimento por parte do Estado.

Vale ressaltar que essa concepção aponta para quais formas de relacionamento devem ser legitimadas pelo Estado (BUTLER, 2003). Isso afeta, por exemplo, a ideia de casamento sancionar ou legitimar a sexualidade, sobretudo a figura materna e paterna, mesmo que essa legitimação seja baseada no conservadorismo.

Esses pontos de vistas podem se conectar de diversas maneiras; uma delas consiste em sustentar que a sexualidade deve se prestar às relações reprodutivas e que o casamento, que confere estatuto legal à forma da família, ou, antes, é concebido de modo a dever assegurar essa instituição, conferindo-lhe esse estatuto legal, deve permanecer como fulcro que mantém essas instituições em equilíbrio (BUTLER, 2003, p.221).

Pensando sob esta perspectiva, podemos compreender que a legitimidade das mães, sobretudo, das mães que lutam pelos seus filhos, tem base nesse prisma da heterossexualidade. Quando os filhos se encontram na condição de vítimas das práticas punitivas das unidades do sistema socioeducativo, há uma tomada do espaço público pelas mães, vistas como principais responsáveis. Como vimos, a maternidade parece estar totalmente atrelada e legitimada por elementos naturais, assim como a responsabilidade da mãe para com o filho.

Está tomada do espaço público é uma forma de buscar resoluções para os problemas enfrentados pelos jovens, sobretudo quando a participação da mãe parece ser fundamental nesta conjuntura.

Tal elemento é destacado por Farias como um acúmulo de significados em torno dos “laços primordiais”, aqueles experimentados como “vínculos inefáveis, vigorosos e obrigatórios em si mesmo” (FARIAS, 2010, p.3). Fundamentando-se a dimensão simbólica da “mãe de vítima de violência”, legitimando-se seu clamor por justiça.

A dualidade entre a esfera pública e a esfera privada é uma característica do pensamento e das instituições liberais modernas. Essa dualidade está ligada às relações de trabalho ou às normas que regem as instituições políticas – engajam-se voluntariamente nas relações de que tomam parte, seja uma ficção que ultrapassa as divisões baseadas no sexo, a posição das mulheres tem algo de específico.

Seguindo essas reflexões, podemos destacar que no pensamento e nas instituições que estruturam o mundo moderno, as mulheres foram, em determinados níveis, excluídas até mesmo da ficção do contrato por não terem lugar na vida pública. A naturalização de seu pertencimento à esfera privada definiria sua condição de subordinação.

Nas sociedades ocidentais nos anos 2000, é possível considerar um cenário em que as mulheres não sejam, totalmente, controladas – coagidas – por sujeitos e/ou regras e moralidades ao assumir totalmente a carga do trabalho doméstico, no qual incluo o trabalho necessário para o cuidado dos (as) filhos (as).

Ainda assim, as mulheres permanecem ligadas às atividades entendidas como femininas, como as atividades domésticas não-remuneradas e as atividades remuneradas que anunciam essas últimas, como o trabalho cotidiano de limpeza, produção dos alimentos, cuidado das crianças, entre outros. São, sem dúvida, atividades centrais ao desenvolvimento e às boas condições da vida humana.

Podemos destacar que a domesticidade e as mulheres parecem compor um campo “naturalmente” articulado, porém, as condições em que esse campo é tensionado ou fraturado variam de acordo com raça e classe social.

A fusão entre a mulher e a maternidade está na base de valores e ainda permanece em políticas e normas. Podemos considerar, se não é nessa frente, que pode ser definida como a da ideologia, que se tece o contraponto às restrições que incidem sobre as mulheres, efetivamente, quando situadas na posição convencional de mães e de responsáveis pela vida doméstica e pela vida dos seus filhos (as).

A dupla moral sexual, que perpassa ambas, tem relação direta com as formas assumidas pela valorização da mulher na família e na maternidade, suspendendo sua atuação – e muitas vezes seus direitos – de indivíduo. Como aponta Haraway (2004, p. 220):

parece que a maternidade é algo natural e a paternidade cultural: as mães fazem os bebês naturalmente, biologicamente. A maternidade salta à vista; a paternidade é inferida. Analisando conceitos e práticas de gênero entre os melanésios, Strathern esforçou-se para mostrar tanto a qualidade etnocêntrica da auto-evidente afirmativa ocidental de que “as mulheres fazem os bebês”, quanto o caráter de inferência de qualquer visão. Ela apontou para o centro de produção da crença de que as mulheres fazem os bebês (e seu par, que os homens se fazem a si mesmos), intrínseca às formulações ocidentais de sexo e gênero.

Nesse contexto, é fundamental pensar e articular a discussão racial às mães, como também à pobreza e à violência⁶, sobretudo ao conceito de interseccionalidades, tendo em vista que a questão racial é estruturante nas relações sociais e está articulada à classe social, gênero e território. Construir um debate interseccional possibilita compreender um sistema de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais, “heterarquias”; define, orienta e diferencia formas de dominação e exploração política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística, sexual e racial dos indivíduos na sociedade moderna/colonial (BAHRI, 2013). Para tanto, a interseccionalidade pode ser compreendida como um conceito que:

gerado a partir das experiências e necessidade das mulheres negras (e outras mulheres não brancas) em identificar os elementos e mecanismos que incidiam sobre suas condições de vida e status produzindo e perpetuando as situações de exclusão e desigualdades que têm vivenciado na sociedade. A partir deste conceito lhes foi possível compreender, qualificar e explicar como estes grupos são impactados por múltiplas formas de discriminação que ocorre no processo de hierarquização baseada em critérios raciais, de gênero, de classe e geração derivado da lógica da sexualidade heteronormativa. Interseccionalidade nos possibilita compreender o entrecruzamento de múltiplas formas de discriminação, processo que tem sido descrito de vários modos na literatura acerca do tema como: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como duplas ou triplas discriminações. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

As análises sob a ótica da interseccionalidade usadas nessa pesquisa possibilitam alcan-

⁶ É importante destacar que a associação pobreza-crime é um desafio complexo, real e hegemônico constituído positivamente pela ilusão de que todos os conflitos podem ser resolvidos pelo Estado, que representa, racional e legalmente, o conjunto de princípios, orientações e decisões pactuadas pelos membros que frequentam e possuem este poder estatal (MISSE, 1999).

çar os interesses investigativos que sedimentam e orientam as linhas interpretativas tecidas na pesquisa de campo realizada com as mães.

Em decorrência das diferenças e, conseqüentemente, das desigualdades entre as próprias mulheres, as violências se agravam de acordo com o contexto em que vivem e poderão ser potencializadas em função do entrecruzamento de suas marcas geracionais, raciais e étnicas; de sua posição na estratificação social e de sua sexualidade. Esta perspectiva interseccionada ou articulada permite compreender a complexidade e as ambigüidades dos processos de socialização afetados pelas múltiplas violências sociais.

Frisamos que, em determinados contextos históricos, os discursos e práticas que permeiam a categoria maternidade podem reforçar opressões sobre as mulheres. Porém, essas opressões ocorrem de formas diferenciadas quando trazemos para o debate as noções de classe social, relações étnico-raciais e território. A relevância dos apontamentos feitos para a compreensão da categoria maternidade e exigir uma abordagem interseccional e situada, tendo em vista que as vidas das mulheres, pobres, negras, principalmente, aquelas no exercício da maternidade, estão imbricadas aos eixos estruturantes da sociedade brasileira.

Para Piscitelli, perceber as articulações entre as diferenciações permite refletir “sobre as margens de agência concedidas aos sujeitos, isto é, as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, medida socialmente” (2008, p. 207). As interseccionalidades são, por fim, formas de capturar as conseqüências da interação entre inúmeras formas de subordinação, as quais podem superar a noção de superposição de opressões e explorações (PISCITELLI, 2008).

Quando os jovens se envolvem no mundo do crime⁷, principalmente quando são apreendidos e encaminhados para os centros de internação, as mães sofrem pelos seus filhos. Mariana destaca esse sentimento:

Eu acho que a palavra não tem outra é sofrimento mesmo, eu acho que é sofrimento, porque você sofre. Você, mesmo sabendo que seu filho cometeu o delito, saber que ele errou e *tá lá pra pagar...* Você sofre por saber que ele é maltratado, você não consegue dormir à noite, você não vive não. É bem, é bem difícil, mesmo você sabendo que ele errou, que ele está lá porque errou, não que a gente passe a mão. Eu pelo menos não passo a mão, se errou, é como eu dizia a ele, às vezes eu chegava no Patativa estressada “mas meu filho você errou. Você está aqui *pra pagar*”. Então é sofrimento mesmo que eu digo porque muitas vezes a gente entra *pra dar força* a eles, mas é difícil porque a gente sofre ainda mais, mas a gente tem que *tá lá pra dá força né*.

A figura da mãe é o suporte. Aqui, Mariana aponta a necessidade de o seu filho ser responsabilizado, mas busca uma justificativa mais emocional para a situação do seu filho e da sua situação como mãe. Maria também aponta para o mesmo viés:

Ser mãe é *tá pronta para tudo né!* Quando a gente é mãe é estar disposta, disponível, preparada para tudo, seja da emoção, seja ao do desgosto. Eu falo desgosto, quando não era isso para meu filho. Eu queria para o meu filho algo bom, diferente, mas infelizmente. Às vezes acontece, assim quando eu passei a ser mãe eu me percebi que eu tinha responsabilidade. Ser mãe é isso, é *tá pronta para o amor e para dor*. São as nossas atribuições de mãe, e a questão da

⁷ Ao usar o termo “mundo do crime”, segue-se a perspectiva adotada por Gabriel Feltran conforme a apreendeu em seu uso nas periferias da cidade de São Paulo: “(...) o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (FELTRAN, 2011, p. 19).

angústia de ver teu filho naquele espaço.

Percebe-se que essa fonte de poder e identidade está relacionada à compreensão de que “ser mãe é tudo” e os “filhos merecem tudo”,⁸ e por eles estas mães podem invadir as ruas, organizarem-se em grupos e mobilizarem outras mães. A dimensão para essa atividade consiste na luta, compreendida como uma categoria nativa, que nunca esteve propriamente ausente, mas que se destaca nos tempos contemporâneos notadamente porque essa característica de mãe aufere visibilidade nas denúncias e se fortalece por intermédio de seus relatos sobre sua dor e indignação ao tomarem conhecimento da violência a que seus filhos se encontram submetidos nos centros educacionais.

Como assinalam Misse *et al*, é preciso refletir como a violência está articulada nos processos políticos e como esta se faz presente nas experiências coletivas e individuais e “como novas tecnologias renovam os sentidos da dor, do luto e também da vida e da morte” (2012, p. 336). Vale pensar, ainda, nos sentidos de participação política que essas mães constroem, encontram e mobilizam.

Em confluência com este propósito, Mariana, mãe de um rapaz de 17 anos que está em privação liberdade, manifesta que todas essas mães sabem que “a dor é a mesma e ter um filho preso, sendo torturado todo dia, só quem vive é quem sabe”. Evidencia-se que as experiências, conforme infere Amado (1995), vêm à tona nas narrativas e nos acontecimentos vividos, de *per sí* e pelo grupo, de forma que os dramas e estigmas sociais marcam os episódios que durante as entrevistas foram lembrados.

Rosa, mãe de Guilherme, anuncia que seu filho passou quatro anos, entre idas e vindas, nos centros educacionais.

Eu vivia mais no Patativa⁹ do que em casa. Eu estava preocupada com ele. Tinha rebelião quase todo dia e quando nós chegávamos lá, não nos deixavam entrar no centro. Na minha imaginação, pensava no pior, que o meu filho tinha sido morto ou agredido. Desta forma, eu vivia sob pressão, com medo, sem conseguir comer ou dormir.

O sofrimento e a dor destacados pelas interlocutoras estão implicados no contexto, nas características e nas escolhas que essas mulheres fazem e apresentam em suas narrativas e práticas. Percebe-se que as mães são afetadas pela privação de liberdade dos filhos.

Mariana não conseguiu acompanhar a situação do seu filho no centro socioeducativo quando foi comunicada pela instituição que o rapaz e outros jovens internos estavam proibidos de receber visitas por participarem de motins. Mariana confirmou que a instituição proibia as visitas porque os jovens eram constantemente agredidos. Diante da situação, a seguir elenca, esta procurou ajuda:

O meu filho foi transferido do Patativa com hematomas, por causa das agressões. Eu fui fazer um boletim de ocorrência e fui atrás de ajuda para meu filho. Percebi que outro jovem ficou com a cabeça cortada. O meu filho disse que bateram com muita força nas costas dele. Esse menino tava muito machucado.

Já Madalena foi demitida de seu emprego, em face de suas faltas para visitar o filho na unidade de internação. “Minha vida desmoronou”, ratifica. Rafael, com 16 anos, fugiu do cen-

8 Mariana, Maria e Rosa destacam, nas reuniões, estes enunciados para fortalecer a participação das mães no grupo.

9 Centro Socioeducativo Patativa do Assaré (CSPA).

tro socioeducativo com outros três jovens e, após dez dias, foi assassinado a dois quarteirões de sua casa.

Diante desse contexto, Madalena se afastou do grupo de mães durante dois meses, retornando em novembro de 2016 para participar das reuniões, alegando que voltou para lutar e evitar que outra mãe passasse pela dor de perder um filho. Para Madalena, quando um jovem entra no centro socioeducativo, esse panorama já representa a perda de um filho:

Porque nenhum adolescente que entre naquele local pode se recuperar. O sistema já mostra a perda e a ausência de uma ressocialização. Os adolescentes não têm experiências e coisas boas lá dentro. Os meninos ficam mais violentos por causa das agressões sofridas. Aí eles fazem coisa pior quando saem dos centros. Têm a influência dos outros adolescentes que já estão internados e que reincidiram cinco, seis ou até dez vezes. Lá dentro fica tudo misturado, não existe uma separação daquele adolescente que entrou pela primeira vez do que já está há mais tempo. Não há distinção, seja por um roubo de um celular ou por um homicídio. Eles não separam os adolescentes de acordo com o a gravidade do ato ou grau de envolvimento.

As mães afirmam que os centros educacionais não garantem a responsabilização dos jovens que cometeram atos infracionais, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Através das narrativas das mães, é possível perceber que nos centros educacionais a violência assume duas faces: ora se estabelece pela afirmação da força física, pela imposição da norma disciplinadora, que se revela semelhante à forma repressora da perspectiva do Código de Menores¹⁰; ora se estabelece pela violação da intimidade e da afetividade, representadas pela violência simbólica.

Assevera-se que a violência e suas múltiplas faces são intensificadas pela forma como as relações são estabelecidas nas unidades de internação, o que lhes confere um caráter de normatização. Há uma expressão excessiva e autoritária de poder que impede o reconhecimento do outro e um estranhamento completo do que é sujeito de direito (ZALUAR, 2001). Nesse sentido, os filhos dessas mulheres são considerados sujeitos que não possuem direitos.

Diante do cotidiano, as mães conseguiram estabelecer o “mote” para criar uma rede de informação, apoio e organização, que incorporasse as suas reivindicações, tendo uma noção coletiva. Essas mulheres se prevaleceram do campo de significação, atrelado ao termo mãe, para, então, estabelecerem laços, ações e conquistarem legitimidade para as suas lutas.

Considerações Finais

Ressalto que a importância deste estudo consiste em compreender as multiplicidades da maternidade e as experiências vivenciadas por mulheres-mães que passam por situações de violências quando seus filhos são apreendidos. Com base na perspectiva interseccional, pensando enquanto uma ferramenta analítica, podemos perceber que essas violências são intensificadas em determinados contextos.

Compreendemos que a partir do momento que o filho fica em privação de liberdade na unidade de internação, são acionadas outras formas de violências que perpassam pelas vidas dessas mulheres, como também dos jovens autores de atos infracionais. Acompanhando

10 O Código de Menores de 1927 e de 1979 marcou, profundamente, a concepção do “menor em situação irregular”, uma política pública que sublinhou a presença do Estado e estigmatizou as famílias das camadas populares, designadas como “desestruturadas”, considerando-a responsável ou incapaz de garantir uma condição “saudável” aos seus filhos. Esse período foi demarcado pelo caráter corretivo, repressivo e assistencialista das ações estatais, pois tinha como função atender “menores carentes” e “infratores”. O seu funcionamento era voltado para internações, com o objetivo de se penalizar os jovens e seguia o modelo do sistema prisional. Os idealizadores dessas legislações concebiam que práticas incisivas afastariam os jovens da criminalidade (VASCONCELOS, 2003).

os percursos, marcados por muitos enfrentamentos, sofrimentos, resistências, silêncios, atos, orações, sonhos das mulheres-mães, destaco que o mais desafiador, seja apreender esses múltiplos significados e experiências que demonstram diversas formas expressões de resistências das maternidades de mulheres negras (LEITE ; MARINHO, 2020).

Destaco que Carla Akotirene (2009) “traz a raiz política, o fundamento e os contrapontos” do conceito da interseccionalidade. A referida autora elaborada diante da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal, a interseccionalidade tem como objetivo dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado. Para Kimberlé Crenshaw, sua formuladora, “a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo” (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

Akotirene (2019) entende a interseccionalidade como “sistema de opressão interligado” que circunda vida de mulheres negras no encontro de avenidas identitárias, assim como, a feminista negra estadunidense, Patricia Hill Collins. De forma perspicaz, chama atenção, também, para a apropriação do conceito por instituições, movimentos sociais e correntes teóricas que em muitos casos, além de negar a autoria feminista negra, utilizam-se da interseccionalidade para criminalizar corpos negros.

Este trabalho se efetiva no esforço de construir reflexões na ótica das interseccionalidade de mães que tem seus filhos privados de liberdade em centros socioeducativos, mulheres negras, que atravessam avenidas identitárias. Os questionamentos e análises que perpassam esta discussão são inesgotáveis e este artigo configura uma tentativa de contribuir para problematizar e compreender esse cenário e seus desafios a partir de outras perspectivas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, 14: 125-136.1995.

BAHRI, D. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.21, n.2, p. 659 – 688, agosto de 2013.

BEZERRA, L. M. P. de S. **Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim**. 2015. 471f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2015.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** - ECA. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1990.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, (21), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero/Pagu/Unicamp, 2003, pp.219-26.

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Fortaleza) (Org.). **Relatório da Organização do Grupo de Familiares de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Ceará**. Fortaleza: Cedeca-ce, 2014.

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 23 de jun de 2013.

DIOGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galera e o movimento hip hop**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

FARIAS, J. “Competências” no plural: uma reflexão sobre atuação de familiares de vítimas de violência policial em favelas. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 27, 2010, Pará. **Anais...** Pará: RBA, 2010. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_27_RBA/arquivos/grupos_trabalho/gt01/jf.pdf. Acesso em: 05 ago. 2017.

FELTRAN, G. de S. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. 2008. 347fls. Tese (doutorado em Ciências Sociais) –Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

_____. Jovens em conflito com a lei. **Revista de Antropologia Social** do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS–UFSCar), nº 3. vº, 1. 2011, p. 259-267.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** [online]. 2004, n.22, pp.201-246. ISSN 0104-8333. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>. Acesso 24. mar. 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo, São Paulo, 2021.

LEITE, Ingrid lorena da S, MARINHO, Camila Holanda. Redes de resistência e esperança. Narrativas de mães do Ceará que lutam por reconhecimento, memória e amor. **Sexualidad, Salud y Sociedad** - Revista Latinoamericana, n. 36 - dic. / dez. / dec. 2020 - pp.343-362.

MISSE, M. **Malandros, Marginais e Vagabundos & a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado em Sociologia, IUPERJ. Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, M.; WERNECK, A.; BIRMAN, P.; PEREIRA, P. P. *et. al.* Entre palavras e vidas: um pensamento de encontros com margens, violências e sofrimentos. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 335-356, jun. 2012.

PICANÇO, F. S. LOPES, N. P. de O. O tráfico de drogas em formas: notas de pesquisas sobre o Rio de Janeiro. **Revista Análise Social**, n. 218, li (1.º), 2016 ISSN online 2182-2999.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v.11, n.2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

SARTI, C. A. **A família como espelho: estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. 1994. 222 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

STRATHERN, M. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Estudos Feministas**, n. 2, ano. 3, jun. 1995.

VASCONCELOS, R. B. **A Política de assistência à criança e ao adolescente desenvolvida pela Fundação Estadual do bem estar do menor do Ceará: passaporte para a cidadania ou dispositivo disciplinar?** 2003. 287 fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

WACQUANT, L. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Parais Urbains**. Paris: La Découverte, 2006.

ZALUAR, A. **O contexto social e institucional da violência**. Rio de Janeiro: Nupevi - IMS/ UFRJ, 2001.

Recebido em 18 de abril de 2021.
Aceito em 28 de setembro de 2021.